

# **Subsunção e acumulação capitalista: aportes teóricos marxistas para pensar o trabalho na Amazônia**

*Subsumption and capitalist accumulation: Marxist theoretical contributions to thinking about work in the Amazon*

**Marlon Kauã Silva Cardoso\***

## **Resumo**

Literaturas decoloniais e antropológicas, especialmente as de orientação culturalista, apresentam o pensamento de Marx como economicista, evolucionista e eurocentrado. Este artigo, em oposição a essas premissas equivocadas, busca mobilizar categorias como subsunção e acumulação capitalista para pensar os diferentes tipos de trabalho existentes na Amazônia. Defende-se, portanto, que a linearidade está no objeto de estudo marxiano, isto é, no capital, ao transformar o trabalho em mercadoria para a acumulação capitalista – tanto na subsunção real quanto na subsunção formal – e não propriamente no método de Marx.

**Palavras-chave:** capitalismo; subsunção; trabalho

## **Abstract**

Decolonial and anthropological literature, especially those with a culturalist orientation, present Marx's thought as economicist, evolutionist, and Eurocentric. This article, in opposition to these mistaken premises, seeks to mobilize categories such as subsumption and capitalist accumulation to think about the different types of labor existing in the Amazon. It argues, therefore, that linearity lies in the object of Marxist study, that is, in capital, in transforming labor into a commodity for capitalist accumulation – both in real and formal subsumption – and not exactly using Marx's method.

**Keywords:** capitalism; subsumption; labor

---

\* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Pará. Professor na SEDUC-PA. E-mail: marlonka.mk@gmsil.com.

## Introdução

A origem do pensamento decolonial acompanha a trajetória do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990 e formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas. A opção decolonial – epistêmica, teórica e política – é uma proposta para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. (Ballestrin, 2013, p. 89) Essa linha de pensamento, juntamente com uma visão antropológica culturalista, a partir de seus diversos autores, critica o marxismo e o apresenta, de forma depreciativa, como eurocêntrico, evolucionista e economicista.

Mignolo (2008, p. 313-314) compara o marxismo ao islamismo como tendências universalizantes do pensamento colonial que se desconectam da decolonialidade, atuando como projetos imperiais que absorvem, engolem, silenciam e reprimem categorias articuladas em línguas e cosmologias não ocidentais.

Para Quijano (2010, p. 92-93), Marx acerta ao colocar o trabalho como elemento central – no capitalismo mundial, eurocentrado, colonial e moderno –, mas erra ao considerá-lo homogêneo, descartando formas de trabalho não assalariadas, como a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil e as formas de reciprocidade, bem como suas articulações com o capitalismo.

Em uma perspectiva antropológica, Sahlins (2003, p. 164) considera que Marx incorre em economicismo ao colocar a racionalidade econômica – a racionalidade da produção e a eficiência instrumental do processo de trabalho – no centro de suas análises, como um fim em si mesma, desconsiderando a ordem cultural que a projetou.

Não obstante, as reflexões teóricas deste artigo fazem parte de um esforço particular do autor para compreender como as formas diversificadas de trabalho que ocorrem na Amazônia articulam-se ao modo de produção capitalista, em oposição a esses autores que caracterizam Marx como evolucionista, economicista e eurocêntrico.

Em pesquisas pretéritas, analisamos as relações de trabalho assalariado da monocultura do dendê subordinadas ao capital por meio do que Marx chama de subsunção real. Atualmente, nossos esforços estão voltados para a compreensão de relações de trabalho não capitalistas, chamadas de tradicionais, em contextos de reservas extrativistas. Neste trabalho, porém, tomamos como exemplos a pequena agricultura e a pesca artesanal para teorizar sobre as distintas formas de apropriação do trabalho pelo capital.

Contudo, apesar dos traços não capitalistas dessas relações de trabalho, argumentamos neste artigo que elas estão subordinadas ao capital por meio da categoria marxista de subsunção formal. O capital, diferentemente do que alguns autores pontuam, não sobrevive apenas da ruína e da dissolução do trabalho, mas também de sua conservação enquanto estoque de valor. Trata-se, tanto na subsunção formal quanto na subsunção real, de formas de reprodução simples do trabalho dialeticamente relacionadas à produção ampliada da acumulação capitalista.

O artigo está dividido em duas partes. Em um primeiro momento, apresenta-se um quadro teórico, amparado na literatura marxista sobre modo de produção, acerca da pequena agricultura e da pesca artesanal no Brasil e na Amazônia. Posteriormente, ressaltamos, com base em textos de Marx, a forma como a acumulação capitalista subsume esse modo de produção e reprodução tradicional à lógica da acumulação do capital. Em suma, trata-se de reflexões teóricas para o entendimento do trabalho na Amazônia que atualizam o pensamento de Marx.

## 1. Modo de produção capitalista e modo de produção e reprodução tradicional

### 1.1. Formas de apropriação capitalista – um retorno à Marx

A categoria modo de produção, para Marx e Engels (2007, p. 34), corresponde à produção da vida, tanto a própria, no trabalho – relação social –, quanto a alheia, por meio da reprodução, isto é, da procriação – relação natural. Nesse sentido, determinado modo de produção está sempre articulado a um determinado modo de cooperação social produtivo e reprodutivo.

Porém, dentro de um modo de produção material específico, para Marx e Engels (*ibidem*, p. 47), existe, simultaneamente, um modo de produção espiritual condicionado por relações sociais estratificadas em classes. Assim, a classe social dominante, isto é, a força material dominante, é a responsável, do ponto de vista concreto, pela determinação política e ideológica de determinado modo de produção: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”.

O modo de produção, dessa forma, mais do que um conjunto de forças produtivas (terra, técnica e trabalho), é também ideológico e simbólico – e corresponde à articulação dialética entre a infraestrutura e a superestrutura da sociedade: “A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual”. (Marx, 1982, p. 25)

A interpretação da categoria modo de produção, em Marx, é controversa na literatura marxista clássica. Existem autores que compreendem o modo de produção sob um ângulo economicista, como conjunto de forças produtivas e relações de produção (Langer, 1966, p. 23-50; Stálin, s.d., p. 36-37), e outros que entendem, influenciados por Gramsci e Marx, que o modo de produção tem a reprodução de suas condições materiais de existência garantida pelo Estado, isto é, pela política e pela ideologia. (Poulantzas, 1984, p. 77; Althusser, 1985, p. 75) Alinhamo-nos à segunda perspectiva para, em diálogo com a literatura clássica sobre o campesinato e a pesca na Amazônia e relendo os *Grundrisse*, interpretar o modo de produção e reprodução tradicional em sua relação dialética com a reprodução simples e a produção ampliada da acumulação capitalista.

A discussão sobre a reprodução social do modo de produção, determinada pelas dimensões ideológicas e simbólicas das formas sociais, encontra em Gramsci seu ponto de partida ao rejeitar a determinação econômica direta da superestrutura. Para Gramsci, a sociedade civil e a sociedade política – chamadas por ele, conjuntamente, de Estado – constituem uma totalidade orgânica política e social, composta por frações de interesses de classes que buscam sua hegemonia ora por meio da ideologia e da persuasão (sociedade civil), ora por meio da força e da coerção (sociedade política). (Bobbio, 1999, p. 43-73)

Para Althusser (1985, p. 75), influenciado pelas teses gramscianas, os Aparelhos Ideológicos do Estado são responsáveis pela materialização da ideologia dominante na sociedade, garantindo a reprodução do modo de produção capitalista. Assim, nessa perspectiva teórica marxista, o modo de produção é entendido não apenas como um cadinho econômico que reúne trabalho e terra, mas também como um fenômeno ideológico. Contudo, como lembra Poulantzas (1984, p. 77), o papel do Estado não pode ser reduzido ao binômio repressão + ideologia. A ideologia não representa apenas ideias; ela é também um conjunto de práticas materiais e concretas das classes sociais – no capitalismo, um conjunto de práticas dos capitalistas – que garantem a reprodução de um determinado modo de produção.

Em suma, o modo de produção, em nossa interpretação, é também um modo de reprodução determinado pelas intencionalidades econômicas, políticas e ideológicas das classes sociais que o estruturam. Esse conflito ocorre tanto para a manutenção do modo de produção e reprodução tradicional (como no caso dos camponeses amazônicos influenciados pelas reservas extrativistas) quanto para sua dissolução ou manutenção pela acumulação capitalista.

Gostaríamos de chamar atenção para essa dimensão da dissolução e da manutenção de formas históricas não capitalistas, do ângulo da acumulação capitalista, para ressaltar que o capital não necessariamente garante sua reprodução apenas pela destruição dessas formações históricas, mas também por meio de sua manutenção e conservação – isto é, pela subsunção formal.

Autores marxistas como Mészáros (2011), Luxemburgo (1984), Harvey (2004) e Foster (2005) têm tomado a acumulação primitiva, interpretada de forma crítica por Marx (2017, p. 785-833), como ponto de partida para o entendimento da acumulação capitalista via expropriação, espoliação, violência e ruptura sociometabólica com formas históricas não capitalistas.

Para Rosa Luxemburgo, o capitalismo sobrevive da ruína de formas econômicas não capitalistas. Por isso, o capital necessita de um meio não capitalista para sua acumulação, assimilando essas outras formas para sua reprodução ampliada: “Consideradas historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e não capitalistas”. (Luxemburgo, 1984, v. II, p. 63) Dessa forma, o capitalismo, no pensamento de Rosa Luxemburgo, para sua reprodução ampliada, precisa reiteradamente valer-se da acumulação primitiva auferida por meio da espoliação de formas históricas não capitalistas.

Mészáros (2011, p. 213), influenciado pelas teses de Luxemburgo, entende a relação entre a formação histórica capitalista e as formas históricas não capitalistas a partir da subordinação das mediações de primeira ordem às mediações de segunda ordem – ou seja, a partir da tese de Marx sobre a acumulação primitiva e da subsunção real do processo de trabalho ao capital.

Com efeito, no pensamento de Mészáros, a mediação de primeira ordem abrange as relações tanto dos indivíduos da espécie humana quanto aquelas entrelaçadas em condições culturais, intelectuais, morais e materiais que se complexificam ao longo da vida social e são reproduzidas à margem da ação socio-histórica disponível e cumulativamente ampliada; são essas as condições primárias. (*ibidem*, p. 213)

Por outro lado, as mediações de segunda ordem exigem o estabelecimento de hierarquias estruturais de subordinação e dominação do trabalho como quadro indispensável da reprodução sociometabólica do capital sobre as mediações de primeira ordem. Assim, para Mészáros, as duas formas históricas são incompatíveis e, por isso, a primeira, inevitavelmente, é subsumida à segunda: “inevitavelmente, as mediações de segunda ordem de sistemas de reprodução social historicamente específicos afetam profundamente a realização de quaisquer funções de mediação primária”.<sup>1</sup> (*ibidem*)

Nesse sentido, para Mészáros, as mediações de segunda ordem, bem como as camadas intermediárias, alteram as mediações de primeira ordem a ponto de torná-las irreconhecíveis, adequando-as às necessidades expansionistas de um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico do capitalismo: “[...] que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital”. (*ibidem*) Para Mészáros, portanto, o capital acumula a partir da destruição de formas históricas não capitalistas.

A chamada “escola da ruptura metabólica”, de tendência marxista, também abre perspectivas para uma compreensão crítica da acumulação capitalista. Como sublinha Foster (2005), essa linha de pensamento argumenta que o capitalismo, por sua lógica, transforma a riqueza natural pública – expressa no valor de uso – em riqueza privada, obediente aos interesses destrutivos do capital – expressos no valor de troca. Existe, portanto, no capitalismo, uma tensão metabólica entre o trabalho que cria valor de troca, isto é, o lucro, e o trabalho que satisfaz as necessidades humanas do próprio trabalhador, que produz valor de uso. Nessa perspectiva, o capital, para se reproduzir enquanto modo de produção, destrói a relação sociometabólica sustentável entre homem e natureza, substituindo-a por uma relação destrutiva entre trabalho coisificado e natureza.

1 Mészáros organiza da seguinte forma os principais aspectos das mediações de primeira ordem: “• a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis; • a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução; • o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos); • a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas; • a alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de economizadora) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas; e • a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária”. (Mészáros, 2011, p. 213)

As relações de produção capitalistas, portanto, são interpretadas como resultado de rupturas sociometabólicas e de formas primitivas de acumulação. David Harvey (2004), outro autor importante no campo marxista, ressalta que o modo de produção capitalista, atualmente, garante sua acumulação por meio do que ele chama de “economia de espoliação”, traço do novo imperialismo, no qual a dialética interior-exterior é traduzida na relação de exploração do outro, seja por meio de guerras, privatizações ou sanções econômicas. Novamente, a tese da tensão dialética entre formas históricas não capitalistas e capitalistas, presente em Marx, é reatualizada para explicar a fase atual da acumulação capitalista no pensamento de Harvey.

Entretanto, entendemos que essa perspectiva teórica marxista leva em consideração apenas uma parte lógica e histórica da acumulação capitalista: a subsunção real, deixando intocada outra dimensão lógica e histórica da acumulação, dialeticamente articulada ao modo de produção capitalista, que é a subsunção formal de processos de trabalho inalterados, já existentes em formas históricas não capitalistas, como no caso da pequena agricultura e da pesca artesanal – chamadas por nós de modo de produção e reprodução tradicional.

O capitalismo, dessa forma, não precisa, para sua valorização, apenas destruir os processos de trabalho inscritos em formações econômicas não capitalistas, como afirmam Luxemburgo (1984), Mészáros (2011), Foster (2005) e Harvey (2004). Essa é uma tendência do capital, mas não uma lei geral. Ao contrário, a produção ampliada do capital também pode garantir sua reprodução simples por meio da conservação e da preservação do processo de trabalho, isto é, pela subsunção formal.

Dessa forma, embora fundamentais, distanciamos-nos das interpretações de Luxemburgo (1984), Mészáros (2011), Foster (2005) e Harvey (2004) e reaproximamos de Marx para compreender, em diálogo com a literatura crítica sobre a Amazônia, a relação dialética entre o modo de produção capitalista e o modo de produção e reprodução tradicional.

### 1.2. *Relendo os Grundrisse – formas de apropriação capitalista*

Segundo Dussel (2012, p. 218-219), nas *Formen*, texto que integra o conjunto de manuscritos econômicos de Marx de 1857-1858, intitulado *Grundrisse*, descreve-se a essência de todas as formas históricas, ou dos “modos históricos de apropriação” do processo de trabalho, por meio da propriedade e da posse.

Para o entendimento dos modos de produção, como observa Dussel (2012, p. 218), é necessário sublinhar a diferenciação conceitual entre posse, propriedade e apropriação. A mera “posse” de um produto refere-se ao seu uso efetivo e objetivo, como no caso do trabalho realizado por um trabalhador que não produz valor de uso para si, mas sim valor de troca – trabalho alheio, do ponto de vista do capital. Por outro lado, a propriedade é o direito ou a capacidade subjetiva (estatuída ou não pelo direito positivo), isto é, o “trabalho subjetivo”, criado por uma forma social específica, seja ela o clã, a tribo, a aldeia, a cidade ou o Estado-nação – momento prático do poder – que nega a identidade do trabalho em sua forma concreta. A apropriação, por sua vez, é a síntese objetivo-subjetiva, uma vez que reúne posse e propriedade – uso como direito.

No capitalismo, contudo, a apropriação implica a relação prática entre dois produtores, na medida em que também constitui uma relação social de produção. Segundo Dussel (*ibidem*, p. 220), o processo de trabalho, para Marx, é um ato produtivo inserido no processo de “valorização” do modo de produção capitalista, que se realiza quando o produto, transformado em mercadoria, é vendido, isto é, quando se converte em dinheiro. Em outros termos, a apropriação capitalista é uma relação de produção na medida em que subsume formas históricas alteradas e inalteradas de trabalho alheio e de seu produto, transformando-as em mercadorias.

Dessa forma, a mera venda do produtor e de seu produto ao capital como mercadoria já constitui, no pensamento de Marx, uma forma de capitalismo formal, que se realiza enquanto valor apropriado como posse-propriedade do trabalho. (*ibidem*, p. 220)

Contudo, pensamos que, para Marx, nos *Grundrisse*, a apropriação do trabalho pode ocorrer de modo a dissolver e transformar totalmente as condições materiais do processo de produção – subsunção real – ou de maneira a conservar o processo de trabalho em sua forma histórica pré-capitalista (ou não capitalista) e, ainda assim, apropriar-se de seu produto sob a forma de mercadoria realizada como valor ao ser transformada em dinheiro – subsunção formal:

O que importa observar aqui é o seguinte: em todas essas formas em que a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, por conseguinte, em que a produção de valores de uso é a finalidade econômica, a reprodução do indivíduo nas relações determinadas com sua comunidade e nas quais ele constitui a base da comunidade – em todas essas formas existe: 1) a apropriação da condição natural do trabalho, da terra – tanto como instrumento original do trabalho, laboratório, quanto depósito das matérias-primas – não pelo trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas próprias condições; relaciona-se a elas como a natureza inorgânica de sua subjetividade, na qual esta realiza a si própria; a principal condição objetiva do trabalho não aparece, ela própria, como produto do trabalho, mas está dada como natureza; de um lado, o indivíduo vivo; de outro, a terra, como condição objetiva de sua reprodução; 2) esse comportamento em relação ao território, à terra, como propriedade do indivíduo trabalhador — o qual, por isso, não aparece de antemão, nessa abstração, unicamente como indivíduo trabalhador, mas tem na propriedade da terra um modo de existência objetivo, pressuposto à sua atividade e que não aparece como mero resultado dela — é imediatamente mediado pela existência originada natural e espontaneamente, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada, do indivíduo como membro de uma comunidade — sua existência natural como membro da tribo etc. (Marx, 2011, p. 397)

Nesse sentido, concordamos com a interpretação de Hobsbawm (1983, p. 36-37) de que, nas *Formen*, Marx entende que as formas históricas pré-capitalistas não constituem uma linha linear e cronológica rumo ao capitalismo, uma vez que não apenas o modo de produção asiático, mas também os demais, coexistiram:

Para que a comunidade continue a existir enquanto tal à maneira antiga, é necessária a reprodução de seus membros sob as condições objetivas pressupostas. A própria produção, ou seja, o progresso da população (também este faz parte da produção), abole necessária e gradualmente essas condições; destrói-as em lugar de reproduzi-las etc., e com isso desaparece a comunidade, juntamente com as relações de propriedade sobre as quais estava fundada. A forma asiática é a que necessariamente se mantém com mais tenacidade e por mais tempo. (Marx, 2011, p. 398)

Obviamente, contudo, existem interpretações dos *Grundrisse*, como destacado por Wood (2008, p. 79), segundo as quais Marx, nesse momento de sua produção teórica, ainda não possuía plena clareza histórica sobre a forma como o capitalismo se originou, sendo inclusive acusado de eurocentrismo – por classificar o modo de produção asiático como ocidental – e de evolucionismo, ao estabelecer um esquema linear de modos de produção sucessivos que culminariam no capitalismo.

Discordamos completamente dessa interpretação. Para Wood (*ibidem*, p. 87), Marx, nas *Formen*, recusa-se a adotar uma perspectiva linear ou teleológica. Ele insiste, isto sim, nas especificidades do capitalismo e nas dinâmicas próprias de cada forma social, cada qual com formas particulares de produção material da vida:

[...] Em outras palavras, as leis de movimento das formas sociais específicas – ou, mais precisamente, suas “regras de reprodução”, fórmula mais adequada ao reconhecimento da agência humana – são, ao mesmo tempo, a força motriz da história em geral. [...] Se há algo a dizer, é que Marx, na maturidade de sua crítica da economia política, a partir dos *Grundrisse*, torna-se menos, e não mais, um “determinista”, se por isso se entende um pensador que trata os agentes humanos como receptáculos passivos de estruturas externas ou brinquedos de eternas leis de movimento. (Wood, 2008, p. 8)<sup>2</sup>.

Em outras palavras, para Marx (2011), importa ressaltar a essência das formas históricas – suas formas de apropriação do processo de trabalho e de seu produto – e como elas se relacionam dialeticamente com o capital.

2 Original: In other words, the laws of motion of specific social forms – or, more precisely, their ‘rules for reproduction’, a formula better suited to a recognition of human agency – are at the same time the moving force of history in general. [...] If anything, Marx in the maturity of his critique of political economy, from the *Grundrisse* onwards, becomes less rather than more a ‘determinist’, if by that is meant a thinker who treats human agents as passive receptacles of external structures or playthings of eternal laws of motion.

Em todas essas formas, o fundamento do desenvolvimento é a reprodução das relações pressupostas do indivíduo singular com sua comunidade – relações originadas mais ou menos naturalmente, ou mesmo historicamente, mas tornadas tradicionais – e uma existência objetiva determinada e predeterminada para o indivíduo, no comportamento seja com as condições do trabalho, seja com seus companheiros de trabalho, companheiros de tribo etc. (ibidem, p. 398-399)

Segundo Marx (ibidem), a apropriação capitalista, para se realizar, deve subsumir tanto a propriedade da terra quanto a posse do trabalho e seu uso efetivo, diferentemente das formas históricas não capitalistas, que buscam garantir sua produção e reprodução social específicas:

[...] propriedade quer dizer – e isso em suas formas asiática, eslava, antiga e germânica – comportamento do sujeito (que se reproduz) que trabalha (que reproduz) em relação às condições de sua produção ou reprodução como condições que são suas. Por isso, a propriedade também terá formas distintas segundo as condições dessa reprodução. A própria produção objetiva a reprodução do produtor nas e com essas suas condições objetivas de existência. (Marx, 2011, p. 406)

Marx, ademais, destaca que existem relações de produção entre a forma histórica capitalista e formas históricas não capitalistas. A discussão dos *Grundrisse* avança, conforme entendemos, ao destacar as múltiplas formas de apropriação capitalista sobre formas históricas não capitalistas:

Para expressar as relações em que entram capital e trabalho assalariado como relações de propriedade ou leis, nada mais temos a fazer que expressar o comportamento dos dois lados no processo de valorização como processo de apropriação. Por exemplo, o fato de o trabalho excedente ser posto como valor excedente do capital significa que o trabalhador não se apropria do produto de seu próprio trabalho; que o produto aparece para ele como propriedade alheia; e, inversamente, que o trabalho alheio aparece como propriedade do capital. Essa segunda lei da propriedade burguesa, na qual se converte a primeira – e que adquire, por meio do direito de herança etc., uma existência independente da contingência do caráter transitório dos capitalistas singulares – é erigida como lei da mesma forma que a primeira. A primeira é a identidade do trabalho com a propriedade; a segunda, o trabalho como propriedade negada, ou a propriedade como negação do caráter alheio do trabalho alheio. (Marx, 2011, p. 386)

Assim, partimos da premissa de que existe uma possibilidade teórica, amparada em Marx, para o entendimento do funcionamento do capitalismo enquanto forma de apropriação de processos de trabalho não capitalistas, como o modo de produção e reprodução tradicional da pesca artesanal e da pequena agricultura. Essas formas, ao mesmo tempo que preservam, na aparência, seu processo de trabalho, na essência estão subsumidas ao capital.

### 1.3. A pequena agricultura

A discussão sobre o campesinato é fundamental para o entendimento do modo de produção e reprodução tradicional. Dois eixos de discussão dividem a temática na literatura clássica. De um lado, há autores que compreendem o modo de produção camponês a partir da subsunção real, isto é, de sua desintegração, que incidiria ora na formação de um proletariado rural, ora na constituição de uma burguesia rural.

Para Lênin (1982), por exemplo, a tendência do capitalismo seria eliminar o camponês, transformando-o em capitalista ou em trabalhador – um sujeito com condições incertas quanto à sua existência de classe. De forma similar, Kautsky (1986) entendia que o progresso da indústria transformaria o mundo rural, lançando o trabalhador na condição de agricultor, que deixaria de produzir para si mesmo para produzir para um mercado capitalista, ou, por outro lado, transformando-o em trabalhador rural que venderia sua força de trabalho.

Abramovay (1998) entende que, no modo de produção camponês, existe um equilíbrio microeconômico entre produção e consumo, consumo da família e trabalho necessário, o qual é rompido com a constituição do mercado de trabalho. Com esse mercado, criado pelo capitalismo, passa a existir o trabalho penoso no interior do estabelecimento familiar, no qual o “trabalho” passa a ser realizado para atender às necessidades da família, mas também às demandas do mercado.

De modo semelhante, Velho (2009, p. 197-198) adota o paradigma do campesinato transitório para analisá-lo na Amazônia. Para ele, existem na região três camadas de camponeses. A primeira é a dos “cuaques”, uma “burguesia camponesa” que utiliza mão de obra contratada permanentemente; parecem ser capitalistas, mas não conseguem estender ou acumular atividades para além da criação de gado. A segunda é a do “campesinato médio”, cujos membros são capazes de evitar uma agricultura estritamente de subsistência, compram algumas cabeças de gado, mas não a ponto, como no caso dos “cuaques”, de substituírem a agricultura; além disso, contratam força de trabalho temporária e geralmente utilizam a mão de obra familiar. A terceira camada é a dos pequenos camponeses recém-chegados à fronteira, que ainda não começaram a cultivar em seus lotes e trocam sua mão de obra por colheitas com outros camponeses.

Todavia, existem autores – aos quais nos alinhamos até certo ponto – que buscam compreender o campesinato a partir do conceito de modo de produção e reprodução. Esses autores apontam, cada qual a seu modo, para a persistência do campesinato como forma histórica não capitalista, com particularidades próprias que resistem ao processo de subsunção real.

Chayanov (1974; 1975; 2017) é o representante dessa vertente teórica na literatura clássica. Para ele, existe na unidade camponesa uma correspondência entre a atividade econômica e o consumo, na qual a quantidade de trabalho e seu produto determinam o número de integrantes de cada família. Por ser não capitalista, a unidade camponesa está baseada exclusivamente na economia familiar e, por conta disso, não possui salário como forma de remuneração da força de trabalho.

O modo de produção e reprodução camponês possui traços, segundo essa perspectiva, incompatíveis com o modo de produção capitalista. Como lembra Woortmann (1988, p. 38), o espaço camponês é um espaço moral, no qual a troca entre os homens é uma troca com a natureza, haja vista que envolve a troca de alimentos (que resultam da relação com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e reproduz o alimento).

O sítio, nesse sentido, é a materialização do espaço moral do camponês. Ele designa um espaço de parentesco no qual se reproduzem várias famílias aparentadas, descendentes de um ancestral fundador comum. Além disso, no sítio existe a terra trabalhada por uma única família e o conjunto casa-quintal, o chão de morada e também da produção familiar. Por fim, o sítio também é considerado um espaço de reciprocidade entre os familiares, em oposição ao sítio entendido como negócio. O princípio dessa relação social campesina é a honra, no sentido de honrar os compromissos sociais estabelecidos entre os membros. (ibidem, p. 30-60) Portanto, a figura do sítio, comum aos espaços rurais da Amazônia, mas também do Brasil, é uma síntese espacial do modo de produção e reprodução camponês.

A ocupação do espaço rural na Amazônia, como lembram Hébette e Moreira (1996, p. 391), é realizada a partir de dois grupos sociais: os camponeses, motivados pela reprodução familiar em um nível econômico e cultural superior dentro do campesinato; e os empresários, orientados por uma perspectiva de acumulação, de concentração de terra e de maximização do lucro. A motivação do camponês na Amazônia, nessa linha de raciocínio, é o consumo e a reprodução da estrutura familiar.

Ademais, como pontua Magalhães (2002, p. 385), os grupos de camponeses, especialmente em situação de fronteira amazônica, constituem-se com base em redes de parentesco, compadrio e vizinhança. Essas relações são fundamentais para suprir a carência de força de trabalho no interior do grupo doméstico, seja para consolidar a apropriação da terra, seja para manter vínculos externos ao grupo camponês.

Dessa forma, o processo de trabalho no interior do estabelecimento familiar camponês é atravessado por relações sociais não capitalistas. Para Almeida (2004, p. 35), na Amazônia predominam os “camponeses da floresta”. Essa categoria inclui caboclos destribalizados desde as guerras indígenas do século XIX e sobreviventes entre os imigrantes trazidos para atividades extrativas, como os seringueiros, além de caçadores, pescadores, barranqueiros-agricultores, pequenos artesãos, mestres ferreiros, remeiros e pilotos fluviais.

Afrânio Garcia Jr. apresenta um quadro teórico que ressalta os principais aspectos da economia camponesa. Segundo ele, a feira, para o pequeno produtor, é o lugar onde este realiza o valor de sua produção. Por outro lado, a caça, a pesca e o artesanato do pequeno produtor não são considerados “trabalho de negócio”, mas sim trabalho

livre. Esse trabalho é realizado com a força de trabalho dos membros da própria família, e não por meio da contratação de terceiros. (Garcia Jr., 1983, p. 75)

O produto do roçado, por sua vez, é consumido pelos próprios membros da família ou vendido e, com o dinheiro obtido, compram-se os produtos que serão consumidos pela família. (ibidem, p. 102)

Na sociedade camponesa, ao contrário da sociedade capitalista, a fórmula  $D-M-D+d$  acentua o processo de acumulação necessário à reprodução simples e ampliada do camponês a partir do consumo familiar. Aqui, trabalho, objeto de trabalho e instrumentos de trabalho são utilizados para atender as necessidades da unidade familiar, e não o lucro do capitalista. (ibidem)

Concordamos com Afrânio Garcia, mas até certo ponto. Como lembra Wolf (1976, p. 16), os esforços de vida do camponês, resumidos a incrementar a produção e reduzir o consumo, não são regulados apenas pelo seu modo de produção. O campesinato sempre existe sob um sistema maior: “Os camponeses, no entanto, são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivam a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços”.

Assim, é necessário compreender a reprodução simples e a produção ampliada do modo de produção camponês como subsumidas à reprodução simples e à produção ampliada do capital. É preciso entender, portanto, que essas duas formas se relacionam dialeticamente. Nesse sentido, aproximamo-nos de Shanin (2005, p. 18), que afirma que o camponês possui um caráter heterogêneo, mas que sua compreensão só pode ser realizada quando se entende sua relação com a estrutura societária mais geral – no nosso caso, a capitalista: “Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla”.

Em síntese, a literatura aponta para dois eixos de discussão: um que afirma que o camponês é uma classe transitória, cujas bases materiais são eliminadas pela subsumção real do trabalho ao capital; e outro que entende esse modo de produção e reprodução como uma forma histórica persistente. Acrescentamos, com base em Marx, que essa persistência não ocorre por acaso, mas porque ela possui uma função social específica: a de constituir um estoque de trabalho para a acumulação capitalista.

#### 1.4. A pesca

A atividade da pesca artesanal, assim como a pequena agricultura, constitui um modo de produção e reprodução tradicional. As relações de produção que a fundamentam são atravessadas por compadrio, camaradagem, vizinhança etc. Em suma, ela é amparada por relações sociais não mercantis. Isso não quer dizer, contudo, que não se relacione de forma mercantil com o modo de produção capitalista, assim como este também se relaciona com ela.

Segundo Furtado (2002, p. 5), a pesca artesanal, desde o período colonial – com os pescadores reais, seus pontos de pesca na Amazônia e suas campanhas voltadas à captura de tartarugas e peixes-boi – já era atravessada por relações de produção capitalistas. Os pescadores reais, em suas expedições pelos rios e pelas costas marinhas, utilizavam os indígenas e seus conhecimentos tradicionais como mão de obra.

Na Amazônia, a sociedade “agro-pesqueira” possui atividades voltadas tanto para os meios aquáticos quanto para os terrestres, vivendo ora da pesca, ora da coleta e das atividades de roça. Vivem, portanto, entre a água e a terra, entre o mar e a floresta. (Furtado, 2006, p. 164)

Atualmente, na Amazônia, os pescadores vivem com suas famílias às margens de rios, igarapés, furos, paranás, ilhas e encostas de praias fluviais ou marítimas, bem como nas periferias de pequenas e médias cidades. Os “lugares dos pescadores” são unidades sociais, genericamente chamadas de “comunidades”, como sítios, povoados, vilas e cidades portuárias, que carregam especificidades ambientais. (ibidem, p. 169-170)

Os pescadores artesanais, com efeito, possuem um modo de produção e reprodução tradicional. Como pontuado por Maneschy, Alencar e Nascimento (1995, p. 85), a pesca artesanal é aquela praticada em pequena escala por pescadores que possuem

ou confeccionam parte dos materiais utilizados na pescaria e que trabalham em regime de parceria, com a partilha do valor das capturas entre os tripulantes após a venda. A pesca artesanal, além disso, é uma atividade instável, que depende dos ciclos dos rios e das marés, diferentemente das atividades terrestres.

Na pesca, as mulheres realizam um duplo trabalho. Nas águas costeiras e interiores (rios e lagos), elas pescam utilizando técnicas e materiais diversificados. Na terra, realizam atividades produtivas voltadas para a reprodução do grupo familiar. (*ibidem*, p. 89)

A pesca artesanal na Amazônia também possui relações sociais marcadas por questões de gênero, como sublinha Woortmann. (1991, p. 5) No caso do nordeste paraense, por exemplo, as praias são espaços de reprodução social, onde as mulheres, com a ajuda dos homens, retiram algas para adubo destinado à produção agrícola. Além disso, é nesse local que as mulheres tecem e consertam as redes de pesca e as velas utilizadas pelos homens na atividade pesqueira. A praia configura-se ainda como espaço de reprodução sexual, para onde os casais se dirigem à noite para encontros que dão início ao casamento.

As relações sociais na pesca são atravessadas por aspectos não capitalistas, o que a caracteriza como uma atividade tradicional. Como lembra Maués (1993, p. 27), ao estudar a comunidade pesqueira de Itapuá (Vigia), o homem é chamado de “camarado” porque participa das atividades pesqueiras dividindo-as com outros pescadores, além de repartir com estes o lucro da pesca. O camarado trabalha “com” outros, mas não “para” outros.

Por outro lado, existe a mulher “trabalhadeira”, que aluga sua força de trabalho para outras pessoas (donos da roça), da qual obtém um pagamento em dinheiro, mas que não participa diretamente da divisão do produto agrícola. (*ibidem*, p. 28)

Nesse sentido, concordamos com Loureiro (1983, p. 4): os pescadores artesanais, assim como os pequenos produtores rurais, não acumulam capital e mantêm relações sociais não tipicamente capitalistas.

Tomando o exemplo do município de Vigia, para a autora, as relações sociais na pesca artesanal desenvolvem-se a partir da parceria entre pescadores, que aplicam sua jornada de trabalho tanto na produção de seus poucos meios de subsistência quanto no reparo dos meios de produção alheios: “A parceria está fundada numa relação distributiva desigual do produto da pesca entre o proprietário dos meios de produção e os parceiros da canoa, intermediada pelo ‘encarregado’. É na situação de não proprietários que os parceiros da pesca proporcionam aos proprietários as condições necessárias à reprodução dos meios de produção, ao mesmo tempo em que petrificam suas próprias condições de reprodução enquanto produtores diretos e parceiros despossuídos”. (*ibidem*, p. 8)

Contudo, apesar dessas características sociais, esses pequenos produtores e pescadores não podem se reproduzir senão subordinados ao capital:

*[...] isto é, ainda que a pequena produção pesqueira se desenvolva em situações não tipicamente capitalistas [...], sua reprodução, enquanto parte da classe de pequenos produtores rurais em geral, tem seus limites determinados pelo espaço que disputam com os capitais que os subordinam.* (Loureiro, 1983, p. 5; ênfase adicionada)

Nossa tese, dessa forma, aproxima-se do pensamento da professora Violeta Loureiro. Consideramos que a reprodução simples das comunidades pesqueiras ocorre sob os limites histórico-estruturais da acumulação capitalista e que o capital, para garantir sua produção ampliada, subsume o processo de trabalho existente tanto na pesca artesanal quanto na pequena agricultura.

## **2. Acumulação capitalista e subsunção, categorias para pensar o trabalho na Amazônia**

Nossa tese parte, especialmente, dos postulados de Marx sobre a acumulação capitalista obtida por meio da exploração da força de trabalho. Para ele, a acumulação capitalista consiste na produção de mais-valor como capital ou na reconversão do mais-valor em capital. (Marx, 2017, p. 655) Ela possui duas faces dialeticamente vinculadas: a reprodução simples e a produção ampliada, que se retroalimentam a partir dos dinamismos econômicos inerentes ao capital.

Para Marx (*ibidem*, p. 641), todo processo de produção é também um processo de reprodução. Se existe a forma de produção capitalista, existe igualmente sua forma de reprodução. Reprodução simples e produção ampliada são, portanto, partes fundamentais da acumulação capitalista.

Assim, a reprodução simples da produção capitalista é o processo de trabalho como meio para a valorização do capital no próprio ato de produção, por meio do consumo dos meios de produção, transformando-os em produtos de valor maior que o do capital adiantado, e por meio da satisfação do consumo individual, isto é, da subsistência garantida pelo dinheiro pago pela compra da força de trabalho do trabalhador: “No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção”. (*ibidem*, p. 646)

Desse modo, a reprodução simples não é senão a forma pela qual o mais-valor é criado pelo capital por meio do consumo produtivo, no processo de trabalho, e do consumo individual do trabalhador, na garantia de sua subsistência: “O fato de o trabalhador realizar seu consumo individual por amor a si mesmo, e não ao capitalista, não altera em nada a questão. Do mesmo modo, o consumo do animal de carga não deixa de ser um elemento necessário do processo de produção pelo fato de o próprio animal se satisfazer com o que come. A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital”. (*ibidem*, p. 647)

Por sua vez, na produção capitalista em escala ampliada, para que o capitalista acumule, parte do mais-produto é transformada em capital. Transformam-se meios de subsistência e meios de produção em capital, condições necessárias ao processo de trabalho. (*ibidem*, p. 656)

Assim, em sua versão ampliada, o capital emprega parte do mais-trabalho na fabricação de meios de produção e de meios de subsistência adicionais, numa quantidade superior à necessária para a recomposição do capital adiantado: “Numa palavra: o mais-valor só pode ser convertido em capital porque o mais-produto, do qual ele é o valor, já traz em si os componentes materiais de um novo capital”. (*ibidem*)

Não obstante, para fazer com que esses componentes funcionem como capital, o capitalista necessita de força adicional de trabalho, além de aumentar, intensiva e extensivamente, a exploração da força de trabalho existente. (*ibidem*, p. 657)

O capital, com isso, transforma a classe trabalhadora em dependente do salário, isto é, em uma classe que, ao mesmo tempo que conserva sua existência, multiplica-se por toda a sociedade como mercadoria: “Para realizar a transformação do mais-valor em capital, este precisa apenas incorporar essas forças de trabalho suplementares e de diversas faixas etárias que a classe trabalhadora lhe fornece anualmente aos meios de produção adicionais já contidos na produção anual. Concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo de reprodução simples se modifica e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, *perfazendo uma espiral*”. (*ibidem*; ênfase adicionada)

Assim, a acumulação capitalista possui uma fase particular, simples, em que a força de trabalho é explorada em uma unidade produtiva específica, e uma escala ampliada, na qual toda a força de trabalho do tecido social é transformada em mercadoria e serve ao capital como trabalho adicional para sua valorização.

Sociologicamente, nossas preocupações estão voltadas a duas formas particulares de domínio do capital – relacionadas à reprodução simples – que se vinculam à produção ampliada do capital na Amazônia paraense. Em um primeiro momento, estudamos o processo de trabalho em um caso específico de reprodução simples, no contexto da agroindústria do dendê em Igarapé-Açu, no Pará. (Cardoso, 2024)

À época, analisamos as condições do trabalho assalariado no meio rural, alinhados “com estudos que analisam a economia da palma do dendê como atividade produtiva capitalista que causa a descampesinização dos agricultores familiares, refletida na perda de terras e na queda da produção de culturas não permanentes, como a mandioca; na proletarianização de jovens agricultores familiares para trabalharem sob condições de penosidade na parte agrícola e industrial das empresas de dendê; bem como na discussão sobre a transformação espacial de seus territórios e paisagens, anteriormente atravessados por igarapés e roças de mandioca e atualmente cercados pelas palmeiras do dendê – na destruição dos igarapés”. (Cardoso; Ribeiro; Mota, 2025, p. 7)

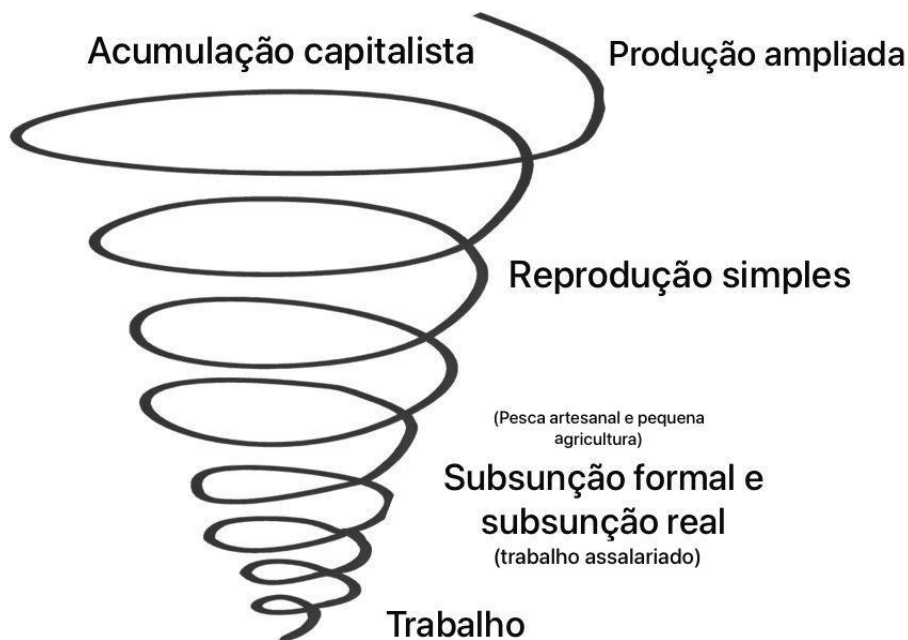
No caso do dendê, estávamos estudando o que Marx chama de subsunção real do processo de trabalho assalariado ao capital. Esta ocorre com a transformação da natureza real das condições do processo de trabalho a partir do desenvolvimento das forças produtivas, do trabalho em grande escala, da ciência e da maquinaria aplicadas ao modo de produção propriamente capitalista: “[...] o modo de produção capitalista, que agora se caracteriza como modo de produção *sui generis*, cria uma figura modificada de produção material”. (Marx, 2022, p. 104)

Atualmente, estamos estudando o trabalho tradicional, similar ao da pequena agricultura e da pesca artesanal. Esses trabalhos são não assalariados, possuem uma relação de simbiose com a natureza e preservam suas características tradicionais. Contudo, defendemos a tese de que, embora persista esse modo de produção e reprodução tradicional, ele ainda serve como estoque de trabalho para o capital. Trata-se do que Marx (*ibidem*, p. 88) chama de subsunção formal do trabalho ao capital, uma forma geral de todo o processo de produção capitalista, mas também particular ao modo de produção capitalista desenvolvido.

Na subsunção formal ocorre o que Marx (*ibidem*, p. 89) chama de “mistificação imanente à relação do capital”. Nesse processo de dominação, preserva-se a forma histórica não capitalista para, ao mesmo tempo, manter a capacidade de sua força de trabalho para a criação de valor como força de autovalorização do capital: “[...] o capital subsume a si um determinado processo de trabalho existente, dado, por exemplo, o trabalho artesanal, ou o modo de agricultura correspondente à pequena lavoura autônoma. Se ocorrem mudanças nesses processos de trabalho tradicionais sob o comando do capital, essas modificações só poderão ser consequências graduais da subsunção já ocorrida de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital”. (*ibidem*, p. 90)

Com efeito, partimos do pressuposto de que o capital conserva a forma histórica não capitalista – que vamos chamar de modo de produção e reprodução tradicional, similar à pesca artesanal e à economia camponesa – para extrair de seu trabalho valor ou mais-valor.

Figura 1 – Acumulação capitalista espiralar na Amazônia



Na aparência, existe um modo de produção e reprodução tradicional, com meios de produção e meios de subsistência próprios. Na essência, contudo, ele constitui um modo de produção e reprodução para o capital – uma reprodução simples que sustenta a produção ampliada do capital. Em síntese, a pesca artesanal e a pequena

agricultura estão subsumidas ao processo de acumulação capitalista, conforme demonstra a imagem 1, que representa o caráter espiral da acumulação capitalista a partir de meus objetos de estudo.

### Considerações finais

Autores alinhados à antropologia cultural (Sahlins, 2003) e à decolonialidade (Quijano, 2010; Ballestrin, 2013; Mignolo, 2008) consideram o pensamento de Marx como evolucionista ou eurocentrado e insuficiente para compreender o processo de trabalho em situações não europeias. Trata-se, contudo, de uma afirmação equivocada.

Nosso artigo buscou, em oposição a essa interpretação, atualizar Marx e colocá-lo como autor central para o entendimento dos processos de trabalho e da acumulação capitalista na Amazônia. O pensamento de Marx não é evolucionista ou economicista; seu objeto de estudo é o capital.

É o capital que tende, pela forma como se organiza, a subsumir formas históricas não capitalistas para sua valorização, como demonstramos. Como lembrado por Lukács (2003), sob o capitalismo, a reificação baseia-se no fato de que a relação entre as pessoas assume um caráter de coisa, isto é, de uma objetividade na qual a mercadoria e o dinheiro realizam a mediação das relações sociais:

Temos de nos contentar com a constatação de que o desenvolvimento do capitalismo moderno não somente transforma as relações de produção conforme sua necessidade, mas também integra no conjunto do seu sistema as formas do capitalismo primitivo que, nas sociedades pré-capitalistas, levavam uma existência isolada e separada da produção, e as converte em membros do processo doravante unificado de capitalização radical de toda a sociedade (capital mercantil, função do dinheiro como tesouro ou como capital financeiro etc.). Embora essas formas do capital estejam objetivamente submetidas ao processo vital próprio do capital, à extração da mais-valia na própria produção, elas só podem ser compreendidas, portanto, a partir da essência do capitalismo industrial, mas aparecem, na consciência do homem e da sociedade burguesa, como formas puras, verdadeiras e autênticas do capital. Para a consciência reificada, essas formas do capital se transformam necessariamente nos verdadeiros representantes da sua vida social, justamente porque nelas se esfumam, a ponto de se tornarem completamente imperceptíveis e irreconhecíveis, as relações dos homens entre si e com os objetos reais, destinados à satisfação real de suas necessidades. Tais relações são ocultas na relação mercantil imediata. O caráter mercantil da mercadoria, o modo quantitativo e abstrato da calculabilidade aparecem aqui sob sua forma mais pura. (Lukács, 2023, p. 210-211)

Assim, a transformação do trabalho e do produto do trabalho em mercadoria é uma tendência do capital, não de Marx. Em suma, buscamos, neste artigo, teorizar sobre uma forma particular e geral da produção capitalista: a subsunção formal. Procuramos demonstrar como o capital, mais do que um sistema econômico destrutivo, também pode manter inalterado o modo de reprodução tradicional e, ainda assim, extrair dele mais-valor.

Nosso objetivo foi apontar caminhos teóricos, a partir dos postulados marxistas, para que se compreendam as distintas dinâmicas de trabalho que o capital é capaz de assimilar e subordinar para sua valorização.

### Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. ed. 2. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ALMEIDA, Mauro W. “Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 19, 2004, p. 33-52.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. ed. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. *Revista brasileira de ciência política*, 2013, p. 89-117.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CARDOSO, Marlon Kauã Silva; RIBEIRO, Tânia Guimarães; MOTA, Dalva Maria. “Dendeicultura e capitalismo: o processo de trabalho assalariado na monocultura do dendê”. *Revista de História Regional*, v. 30, 2025.
- CARDOSO, Marlon Kauã Silva. *A dendeicultura em Igarapé-Açu/Pará: um olhar sobre as relações de trabalho que tipificam o trabalhador rural na Agroindustrial Palmasa*. Dissertação de mestrado (Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <<https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/e50eed42-7ae4-4041-94d5-d084665f1ca7/content>>. Acesso em: 20/05/2026.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHAYANOV, Alexander V. “Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas”. *Cuadernos Políticos*, México, n. 5, jul-dez, 1975, p. 15-31. Disponível em: <<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.5/CP5.5AlexanderVChayanov.pdf>>. Acesso em: 07/01/2021.
- CHAYANOV, Alexander V. *A teoria das cooperativas camponesas*. ed. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. “Pesqueiros reais & pontos de pesca. Traços da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, Série Antropologia, v. 18, n. 1, 2002, p. 3-26.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. “Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 1, 2006, p. 159-172.
- GARCIA JR, Afranio Rau. *Terra e trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. “Situação social das áreas rurais amazônicas”. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 12, n. 2, 1996.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Novo Cultural, 1986.
- LANGE, Oskar. *Economia política I: Problemas generales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura econômica, 1966.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo do Imperialismo*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo do Imperialismo*. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Campinas: Unicamp, 1983.
- MAUÉS, Maria Angélica Motta. “Trabalhadores” e “camarados”: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: UFPA, 1993.
- MANESCHY, Maria Cristina; ALENCAR, Edna; NASCIMENTO, Ivete H. “Pescadoras em busca de cidadania”. In: ALVARES, Maria L. M.; D’INCAO, Maria A. *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1995, p. 81-96.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. ed. 2. São Paulo: Boitempo, 2017.

- MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito):* manuscritos de 1863-1867. ed. 1. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes:* a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. “Associações camponesas: reflexões sobre a organização social e participação política”. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa de.; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira:* faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.
- MIGNOLO, Walter. “Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, 2008, p. 287-324.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital:* rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POULANTZAS, Nicos. “Os aparelhos ideológicos: o Estado, Repressão + Ideologia?”. In: SILVEIRA, Paulo (org.). *Poulantzas:* sociologia. São Paulo: Ática, 1984, p. 77-83.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- STALIN, Josef. *Materialismo dialético e materialismo histórico*. São Paulo: Global editora, s.d.
- SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”. *Revista Nera*, n. 7, 2005, p. 1-21.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato:* um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.
- WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral”. *Anuário antropológico*, v. 12, n. 1, 1988, p. 11-73.
- WOORTMANN, Ellen F. *Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades pesqueiras do Nordeste*. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1991.
- WOOD, Ellen Meiksins. “Historical materialism in ‘Forms which Precede Capitalist Production’”. In: MUSTO, Marcelo (org.). *Karl Marx’s Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later*. London and New York: Routledge, 2008, p. 79-93.

Recebido em 30 de novembro de 2025

Aprovado em 11 de março de 2026